

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2007
(Do Sr. Adão Pretto)

Solicita informações ao Sr. Ministro da
Educação, em relação ao Serviço
Nacional de Aprendizagem Rural.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro da Educação o seguinte pedido de informações:

- 1) Quem é e como é escolhido o representante do Ministério no Conselho Nacional do SENAR?
- 2) Qual a sua função, como representante do Ministério, neste Conselho?
- 3) É atribuído alguma remuneração pela participação neste Conselho? Se afirmativo, especificar o valor.
- 3) Quais as formas de fiscalização adotadas pelo Conselho quanto à aplicação dos recursos que são repassados para a Entidade Nacional?
- 4) O Conselho fiscaliza o repasse para os Estados? De que forma é feito o acompanhamento destes repasses?
- 5) Na aplicação dos recursos nas atividades de formação (cursos, seminários, treinamentos etc.), existe alguma avaliação quanto à sua realização e resultados alcançados?
- 6) Qual o volume de recursos destinados à formação foram efetivamente destinados desde a criação do SENAR, especificando por Estado.

JUSTIFICATIVA

O SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural foi criado pela Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991. Tem como objetivo organizar, administrar e executar em todo o território nacional a Formação Profissional e a Promoção Social de jovens e adultos, homens e mulheres que exerçam atividades no meio rural. O SENAR é constituído por um Conselho Deliberativo que exerce a direção superior e a normatização das atividades, no que se refere ao planejamento, estabelecimento de diretrizes, organização, controle e avaliação de toda a instituição.

Os dados enviados recentemente em resposta a requerimento de informação, bem como os dados constantes do banco de dados do Tribunal de Contas da União dão conta de que milhões de reais estão sendo gastos em diversas atividades envolvendo agricultores, sindicatos e entidades patronais.

. Portanto, o presente requerimento tem como objetivo esclarecer, minimamente qual a participação deste Órgão do Poder Executivo no controle destes recursos.

Sala das Sessões, de agosto 2007

Deputado Adão Pretto